

## VESTIDOS DE BEGE E GRENÁ: O UNIFORME ESCOLAR DO CURSO NORMAL REGIONAL DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM (1953-1956)<sup>1</sup>

KAMILA GUSATTI DIAS\*

### RESUMO

O presente trabalho tem como foco apresentar, em uma conjuntura sincrônica, aspectos que revelam - por meio da materialidade do uso da indumentária escolar – uma cultura social da primeira turma de normalistas do Instituto Samuel Graham, instituição protestante fundada por missionários norte-americanos no ano de 1942, na cidade de Jataí/GO, uma das precursoras na evangelização protestante no sudoeste goiano. Destarte, a implantação desse Instituto, antes nomeado Escola Evangélica de Jataí, oportunizou à sociedade jataiense acesso à instrução e à formação humana, trazendo em seu bojo princípios religiosos protestantes, o que contribuiu para a difusão dessa religião pelo sertão goiano, especificamente na região sudoeste do estado. O marco temporal aqui elencado compreende o período da primeira turma de normalistas do Curso Normal Regional, cujo objetivo era formar professores Regentes do Ensino Primário. Para a realização da pesquisa duas frentes metodológicas foram estabelecidas: uma de revisão da literatura, que aprofundou a temática abordada, por meio de pesquisas em livros, periódicos, teses e dissertações, e outra de busca, localização e digitalização do acervo escolar do Instituto Samuel Graham. Assim, procedeu-se ao mapeamento do arquivo da Instituição, bem como arquivos particulares de ex-normalistas, a fim de localizar documentos, fontes iconográficas e cadernos de ex-alunas, além de depoimentos. Dessa maneira, as fontes orais utilizadas nessa comunicação demonstram a importância dada ao vestuário, sob o olhar dos normalistas. Este trabalho apresenta, pois, reflexões acerca do uniforme escolar visto como um objeto histórico e como uma relevante fonte de pesquisa nas instituições escolares. Os dados levantados por meio dos autores que se debruçam nessa temática mostram indícios de que o movimento higienista permeou as ações para a adoção dos uniformes escolares por todo Brasil. Há evidências de que com a padronização e a democratização do ensino, mesmo que ilusoriamente, a instituição escolar ganha visibilidade pública, e, o vestuário fora determinante para esse fim, mesmo em instituições privadas, como o Instituto Samuel Graham. Este estudo insere-se na História da Educação Brasileira, apoiando-se nos pressupostos da Nova História Cultural (NHC).

**Palavras-chave:** Uniforme escolar. Curso Normal Regional. Instituto Samuel Graham.

### Introdução

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Educação, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, cujo objetivo geral é investigar a educação protestante presbiteriana no sudoeste do estado de Goiás.

\* Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba.

Sob a ótica de Sanfelice (2006), procuramos desvelar a gênese do Instituto Samuel Graham, uma instituição protestante fundada no interior do Estado de Goiás, na cidade de Jataí, no ano de 1942 por missionários presbiterianos. Após legitimar o percurso histórico da Missão Central do Brasil<sup>2</sup>, o que nos permitiu um entendimento mais aprofundado dos sujeitos que se relacionaram diretamente com esse estabelecimento educacional, destacamos a indumentária utilizada pela primeira turma de normalistas do Curso Normal Regional dessa instituição, implantado sob o Decreto nº 175, de 1º de outubro de 1952.

O Curso Normal Regional apresentava especificidade complementar: uma formação para Regentes Primários para atuarem no 1º grau, com uma organização didática sistematizada em quatro séries, atendendo aos princípios normativos do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás de 1949.

Vale ressaltar que para pleitear uma vaga no Curso Normal Regional era necessário prestar os exames de admissão, que foram instituídos, conforme legislação nacional, no ano de 1931, e perduraram até a promulgação da Lei nº 5692/1971.

O curso teve seu início no ano de 1953 e permaneceu em exercício até 1963, quando passou a se denominar Curso Normal Colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61.

O marco temporal aqui elencado compreende o período da primeira turma de normalistas do Curso Normal Regional, cujo objetivo era formar professores Regentes do Ensino Primário. Na outra ponta da periodização é o ano de conclusão da primeira turma desses normalistas.

Esses aspectos revelam, em conjuntura sincrônica, a identidade padronizada dos sujeitos inseridos naquela cultura escolar, por meio do uso da indumentária adotada pela instituição e utilizada pelos alunos da primeira turma dos normalistas do Instituto Samuel Graham, e a simbologia imbuída nos uniformes escolares, ou seja, sujeitos dessemelhantes

---

<sup>2</sup> A Missão Central do Brasil, em 1912, enviou um representante para Goiás e Mato Grosso para escolher os locais para instalar estações missionárias. Dois anos depois, o trabalho em Mato Grosso foi transferido para a Missão Sul da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, pelas facilidades da linha férrea que ligava aquele Estado ao de São Paulo e pela navegabilidade do rio Paraguai, que permitiu a ocupação de Goiás pela Missão Central do Brasil. (FERREIRA, 1992, v. 2, p. 372 apud NASCIMENTO, 2005, p. 40).

são aproximados pela expressão uma do uniforme padronizado, aproximando comportamentos, primeiramente pela regulação da vida social, como exemplo de zelo, logo pela regulação da sua estrutura física.

### **O higienismo X indumentarismo**

Para o autor Escolano Benito (2010) o uniforme escolar é um elemento material que compõe a escola e a sua cultura; a sua incorporação às práticas escolares comporta significados e valores que são adicionados à materialidade física e funcional de seu uso, refletindo modos de pensar o ensino.

Ao empreender esforços para entender o uso dos uniformes escolares pressupõe, então, procurar indícios da história e da memória de uma instituição ou de um grupo. Assim, analisamos o uso do uniforme pela primeira turma dos normalistas do ISG (Instituto Samuel Graham), buscando desvendar os sentidos simbólicos que esse vestuário adquiriu no universo escolar e social, desnaturalizando e historicizando seus usos, buscando compreender o seu simbolismo e seus indícios na cultura de uma sociedade – quais são as relações envoltas no uso dos uniformes escolares de uma turma de normalistas.

Os uniformes escolares marcam os sujeitos de forma muito mais profunda do que podemos imaginar. Eles fazem parte de toda uma simbologia que perpassa as instituições escolares e que ainda precisa ser decifrada, compreendida. (DUSSEL, 2005).

O uso da indumentária escolar começa a fazer parte do cenário educativo nas instituições públicas e privadas no fim do século XIX e início do XX, como intenção de “controle dos corpos” e como estratégias de “visibilidade a projetos institucionais e governamentais”.

Os preceitos higienistas difundidos pelas escolas pautavam-se no discurso de que havia necessidade de seguir as prescrições apresentadas pela ordem médica, fazendo com que o país efetivamente trilhasse o caminho de um novo mundo, justificado pela necessidade de se

produzir um homem novo, civilizado, um homem com interioridade, religiosidade, um homem higienizado.

Esses preceitos médico-higienistas legitimavam o uso dos uniformes nas instituições escolares com o intuito de preparar “sujeitos moral, física e intelectualmente sadios”. (GONDRA, 2004, p. 168).

Merece atenção o fato de que a construção de um modelo escolar deveria ser diferenciada daquela dos claustros e quartéis; a higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. (GONDRA, 2004). Assim:

No projeto de educação escolar, formulado segundo os condicionamentos institucionais, científicos e culturais, a perspectiva civilizatória constitui-se em seu marco organizador, desdobrável no controle dos espaços, do tempo, da nutrição, das vestimentas, da sujeira, dos órgãos dos sentidos, dos corpos, da inteligência e das vontades. Neste sentido, educar e civilizar formam um par com base no qual a racionalidade médica sonhava produzir um homem novo, diante das adversidades com que se referiam ao mundo tropical e ao seu povo. Ambos descritos sob o signo do atraso pelos homens da ciência impregnados da crença no poder redentor de uma educação higiênica e higienizadora, a qual, definida nestes termos, foi apresentada como condição necessária e, por vezes, suficiente, para fazer com que o Brasil finalmente ingressasse no restrito concerto das nações ditas civilizadas. (GONDRA, 2004, p. 169).

Nessa perspectiva, “é por meio do corpo e das práticas sobre ele que se moldam os comportamentos; e a regulação da vida social é, em primeiro lugar, a regulação dos corpos”. (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 2). Assim, tomando-se essa premissa como uma das balizas de reflexão, o higienismo representou um movimento social amplo que, combinando questões urbanísticas, ecológicas, morais, políticas e de formação de consumidor, afirmou-se e tornou-se o discurso central no final do século XIX, servindo a diferentes projetos políticos.

Com relação ao uniforme escolar, Gondra (2004) salienta que havia uma preocupação com a descrição minuciosa dos tipos de tecidos utilizados na confecção: lã, seda, linho ou algodão. Ao mesmo tempo, implicava um discurso médico-higienista que, em seu âmago, ordenava uma vestimenta “reguladora” no modo de se vestir dos alunos, abarcando prescrições sobre a maneira correta de se trajar, principalmente para as mulheres, e sobre os cuidados que os alunos deveriam ter com sua manutenção.

Segundo Teive (2008), com a invenção da República o uniforme escolar:

Constituiu-se num dos pontos, importantes na produção do novo *habitus* pedagógico, contribuindo para aumentar o controle sobre o comportamento dos/as futuros/as professores/as, para sedimentar o novo modo de se comportar. As punições previstas para sedimentar os desvios praticados pelos/as alunos/as quando no uso do uniforme deveriam contribuir para fortalecer os mecanismos de autocontrole exercido sobre as suas ações e pulsões, concorrendo para o seu autocondicionamento. (TEIVE, 2008, p. 183).

Os grupos escolares foram projetos republicanos, a fim de reinventar as cidades, trazendo novos padrões de urbanidade e modernidade. Dessa forma, a indumentária escolar constituiu-se um elemento primordial, haja vista que:

A visibilidade pretendida por essas instituições modelares também perpassava as vestimentas utilizadas pelos alunos; nesse caso, a adoção de um modelo único representaria, além de um aspecto de ordenamento e disciplina, o pressuposto aparente de igualdade de condições. Os uniformes prestavam-se, assim, a padronizar os alunos, mascarando as condições sociais por meio de um modelo único de roupa. (RIBEIRO; SILVA, 2012).

Partindo dessa perspectiva, podemos perceber esse movimento em instituições públicas e privadas, e no ISG não foi diferente. Conforme analisamos, por meio das fontes pesquisadas, mesmo sendo uma instituição privada, com princípios religiosos, não deixou de estabelecer conexões com o movimento republicano, a exemplo da inserção do uniforme escolar como obrigatoriedade, devendo ser seguida por todo o corpo discente. As fontes iconográficas e orais demonstram como fora legitimado esse movimento na cultura escolar do Instituto.

### **A indumentária escolar dos normalistas do Instituto Samuel Graham**

O Regimento Interno do Instituto, de 1953, apresenta preceitos alusivos sobre ao uso do uniforme escolar em seu capítulo V, artigo 28, lançando luz sobre algumas obrigações a que os alunos deviam cumprir, dentre elas, o uso do uniforme escolar, “os alunos usarão uniformes de acordo com os modelos do Instituto”. (REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1953, p. 9).

O uso da indumentária escolar no período delimitado dessa pesquisa, no Curso Normal Regional, dispunha, portanto, de regulamentações as quais eram fornecidas aos alunos no ato da matrícula, contendo informações sobre a confecção do uniforme das moças e rapazes.

Como via de regra, no ISG, o uso de uniforme escolar continha regulamentações baseadas nesses preceitos, como podemos observar nas orientações sobre a sua confecção para o ano de 1953.

### MOÇAS

**Saia** de brim grená, pregueada de comprimento não acima da parte inferior da rótula do joelho. **Blusa** bege, gola esporte, de mangas curtas e bainha de 2 e meio centímetros de largura e bolso com bico na parte inferior sem barra colocado ao lado esquerdo. **Blusa** de lã. **Sapatos** pretos tipo colegial, **meias** brancas. O distintivo e a blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO.

### RAPAZES

**Calças** de brim grená, com duas listas brancas de meio centímetro de cada lado externo das calças. **Cinto** preto. **Camisa** bege de colarinho, mangas compridas e com bolsos sem barra e com bico na parte inferior colocado do lado esquerdo. **Gravata** preta. **Blusa** de lã. **Sapatos** ou **botinas** pretas. **Meias** brancas. O distintivo e a blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1953, p. 3).

Nos anos seguintes, em 1954, 1955 e 1956<sup>3</sup>, houve mudanças nos uniformes escolares dessa turma, de acordo com o depoimento de uma ex-aluna:

Quando passamos para o segundo ano do curso, veio um uniforme muito difícil. Blusa branca, de manga comprida. [...]. Era com gravata preta. E era um calor! (*risos*). A saia, para as moças era de brim, muito comprida e rodada de muitas preguinhas, para os rapazes apenas calças. Também usávamos sapato preto e meias

brancas. Todo ano mudava a cor e o modelo. [...]. (MORAES, 2015).



<sup>3</sup> Ano da form:

Normalistas do ISG, 1956

Fonte: Arquivo pessoal da normalista Anna Clara de Moraes.

Nesta imagem, identificamos as descrições citadas pela aluna Anna Clara de Moraes, que ainda relata que essas decisões eram abordadas em reuniões do Grêmio Literário Rui Barbosa<sup>4</sup>, do qual participavam alguns normalistas, designados para as funções de secretário e vice-secretário. A esses cabiam a função de recolher, entre os demais, sugestões e discuti-las nas reuniões, a fim de decidirem junto ao presidente (o diretor do ISG), o modelo do uniforme para cada ano. A decisão era tomada por uma eleição aberta, prevalecendo a decisão da maioria.

Nas aulas de Educação Física o uniforme era diferenciado, já que as aulas aconteciam em período contrário (no período vespertino).

Era uma saínia grená, porque não podia vestir só calção né, bermudinha não podia. (*risos*). Vestia a bermudinha e por cima uma saínia de godê que cobria o calçãozinho. Então era bem curtinha mas tinha saia por cima do calção. A camiseta era branca. O tênis era branco e não poderia ser sujo não (*risos*). E naquela época Jataí não tinha ruas asfaltadas (*risos*). *Era difícil cuidar do nosso uniforme!* (MORAES, 2015).

---

<sup>4</sup> O Grêmio Literário Rui Barbosa esteve em atividade nos anos de 1956 a 1961, com atividades que promoviam o desenvolvimento cultural, literário e esportivo dos alunos, por meio de assembleias semanais, nas quais eram dirigidas por uma comissão eleita diligenciada por um presidente (o diretor em exercício do ISG).



Normalistas do ISG, 1956

Fonte: Arquivo pessoal da normalista Anna Clara de Moraes.

Os desfiles cívicos refletiam outro momento de envolvimento dos normalistas do Curso Normal Regional. A preparação dos alunos ficava a cargo do professor João Batista da Luz, o JB (como era chamado). A organização de todo o desfile era decidida em reuniões com os professores e, a cada ano, os desfiles eram organizados com mais apreço e competência.

Os professores de Educação Física eram responsáveis pela ordem de todo o desfile, que exigia ensaios exaustivos, semanalmente, liderados pelo professor JB:

Era o senhor JB que ensaiava a gente e ele tinha uma paixão. Ele amava o serviço dele. E ele ensaiava a gente do Instituto Samuel Graham, a gente desfilava bonito viu. Desfilava bonito! E ele ensinava, ensinava, ensinava muito só que tem uma coisa (*risos*) que se alguém lá no meio desse um passo errado ele logo gritava: \_\_\_ Oh barata tonta! Olha o passo aí, barata tonta! (*risos*). (FREITAS, 2015).

Nos desfiles cívicos também se usavam a indumentária de gala, grande destaque nos pelotões dos normalistas. Revestiam-se de grande relevância na história da escola. Os desfiles



envolviam disputas acirradas entre as escolas de Jataí; todos desfilavam pelas ruas da cidade com o claro propósito de divulgar o trabalho da sua instituição.

[...] o uniforme de gala, de desfile era especial. Era uma saia de tergal verde claro e uma blusa branca. Depois eles colocaram uniforme saia pregueada branca e assim uma porção de outros modelos. (FREITAS, 2015).



Normalistas do ISG, 1955

Fonte: Arquivo pessoal da normalista Anna Clara de Moraes

### Considerações finais

À luz dos fatos apresentados, pode-se dizer que o uso do uniforme escolar no Instituto Samuel Graham passou a ser símbolo notório da escola, sendo modificado a cada ano letivo. Era usado em todos os dias, com ações reguladoras; nos relatos orais de ex-normalistas percebemos as lembranças dos nomes dos professores que “fiscalizavam” diariamente todos os alunos, antes de cantar o hino nacional e adentrar às salas.

Era usado também quando os normalistas realizavam atividades extraclasse, com a finalidade implícita de demonstrar o apreço pela instituição, demonstrando, por meio do uniforme onde estudavam – uma forma de honra a escola e orgulho de si mesmo, um sujeito participante daquela cultura escolar.

Estudos e pesquisas sobre essa temática revelam que o movimento higienista permeou as ações para a adoção dos uniformes escolares por todo Brasil.

Há evidências de que com a padronização e a democratização do ensino, mesmo que ilusoriamente, a instituição escolar ganhou visibilidade pública, e, o vestuário fora determinante para esse fim, mesmo em instituições privadas, como o Instituto Samuel Graham.

### Referências

BRASIL. *Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

DUSSEL, Inês. Cuando las aparecias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares en Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX). *Pro-Posições*, Campinas, v. 16, n. I (46), p. 65-86, jan./abr. 2005.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.13-28, jul./dez. 2010.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. 246f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set.2012.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2016.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *Uma vez normalista sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico. A Escola Normal Catarinense 1911-1935*. Santa Catarina: Insular, 2008.

### Fontes pesquisadas

FREITAS, Eloene de Lima. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 17 de março de 2015.

GOIÁS. *Decreto nº 175, de 1 de outubro de 1952*. Outorga o mandato ao Curso Normal Regional Evangélico. Diário Oficial do Estado de Goiás, 1952.

\_\_\_\_\_. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 1949.

INSTITUTO SAMUEL GRAHAM. *Regimento Interno do ISG*. Jataí, 1953.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo do ISG*. Jataí, 1953.

MORAES, Anna Clara de. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 24 de março de 2015.